

# CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO COMPLETO – 4. ED. – LEANDRO PAULSEN

## Sumário

### **Capítulo I – Tributação, Direito Tributário e Tributo**

1. Origem da tributação e da sua limitação
2. A tributação como instrumento da sociedade
3. Fiscalidade e extrafiscalidade
4. Direito Tributário
5. Relação com outras disciplinas jurídicas
6. Relação com a economia e com a contabilidade
7. Conceito de tributo
8. Preços públicos e receitas patrimoniais

### **Capítulo II – Espécies Tributárias**

9. Características e regimes jurídicos específicos
10. Critérios para a identificação das espécies tributárias
11. Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias
12. Impostos
13. Taxas
14. Contribuições de melhoria
15. Empréstimos compulsórios
16. Contribuições
17. Contribuições sociais
18. Contribuições de intervenção no domínio econômico
19. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas
20. Contribuições de iluminação pública

### **Capítulo III – Competência Tributária**

21. Detalhamento da competência pela Constituição
22. Normas constitucionais concessivas de competência
23. Critério da atividade estatal
24. Critério da base econômica
25. Critério da finalidade
26. Imunidades
27. Competências privativas, comuns e residuais
28. Bitributação e *bis in idem*
29. Tributos na base de cálculo de outros tributos

### **Capítulo IV – Princípios Constitucionais Tributários**

30. Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão
31. Princípios gerais de Direito Tributário
32. Princípio da segurança jurídica em matéria tributária
33. Princípio da igualdade em matéria tributária
34. Princípio da capacidade contributiva
35. Princípio da praticabilidade da tributação

### **Capítulo V – Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar**

36. Natureza das limitações ao poder de tributar
37. Limitações em prol da segurança jurídica, da justiça tributária, da liberdade e da federação
38. Garantia da legalidade absoluta

39. Garantia da irretroatividade
40. Garantia de anterioridade
41. Isonomia
42. Não confisco
43. Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais e o pedágio
44. Imunidades genéricas a impostos
45. Imunidade recíproca
46. Imunidade dos templos: garantia da liberdade de culto
47. Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais
48. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão
49. Limitações específicas à União
50. Uniformidade geográfica
51. Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas públicas e da remuneração dos servidores
52. Vedação à isenção heterônoma
53. Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino
54. Vedação da afetação do produto de impostos

#### **Capítulo VI – Legislação Tributária**

55. Normas constitucionais
56. Leis complementares à Constituição
57. Resoluções do Senado
58. Convênios
59. Tratados internacionais
60. Leis ordinárias e medidas provisórias
61. Atos normativos infralegais: decretos, instruções normativas, portarias, ordens de serviço
62. Vigência e aplicação da legislação tributária
63. Integração e interpretação da legislação tributária
64. Aplicação dos princípios de Direito Tributário, de Direito Público e de Direito Privado e das normas de colisão
65. Analogia
66. Equidade

#### **Capítulo VII – Obrigação Tributária**

67. As diversas relações jurídicas de natureza contributiva, não contributiva e punitiva
68. Obrigações principais e acessórias
69. Hipótese de incidência e fato gerador
70. Classificação dos fatos geradores
71. Norma tributária antielisiva
72. Aspectos da norma tributária impositiva
73. Sujeito ativo
74. Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco
75. Contribuinte
76. Substituto tributário
77. Responsável tributário
78. Responsabilidade dos sucessores
79. Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores
80. Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário
81. Responsabilidade por infrações, multas e denúncia espontânea
82. Solidariedade

- 83. Capacidade tributária
- 84. Cadastros de contribuintes
- 85. Domicílio tributário

#### **Capítulo VIII – Constituição do Crédito Tributário**

- 86. Natureza do crédito tributário
- 87. Existência, exigibilidade e exequibilidade
- 88. Constituição ou formalização do crédito tributário
- 89. Pagamento, depósito, declaração ou confissão do contribuinte
- 90. Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação
- 91. Lançamento por arbitramento ou aferição indireta
- 92. Liquidação no processo trabalhista

#### **Capítulo IX – Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário**

- 93. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário
- 94. Moratória e parcelamento
- 95. Impugnação e recurso administrativos
- 96. Liminares e antecipações de tutela
- 97. Depósito do montante integral do crédito tributário
- 98. Efeitos da suspensão da exigibilidade do Crédito Tributário

#### **Capítulo X – Exclusão do Crédito Tributário**

- 99. Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário
- 100. Isenção
- 101. Anistia

#### **Capítulo XI – Extinção do Crédito Tributário**

- 102. Hipóteses de extinção do crédito tributário
- 103. Pagamento, juros e multas
- 104. Pagamento indevido e sua repetição
- 105. Compensação
- 106. Decadência do direito de lançar
- 107. Prescrição da ação para execução do crédito tributário

#### **Capítulo XII – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário**

- 108. Meios de garantia e privilégios
- 109. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito
- 110. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal
- 111. Arrolamento administrativo de bens
- 112. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa
- 113. Indisponibilidade dos bens
- 114. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência
- 115. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo juízo universal

#### **Capítulo XIII – Administração Tributária**

- 116. Órgãos de administração tributária
- 117. Fiscalização tributária
- 118. Inscrição em dívida ativa
- 119. Certidões negativas de débito

#### **Capítulo XIV – Regime do Simples Nacional**

120. Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional

#### **Capítulo XV – Impostos Instituídos**

- 121. Imposto sobre importação (II)
- 122. Imposto sobre exportação (IE)
- 123. Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR)
- 124. Imposto sobre produtos industrializados (IPI)
- 125. Impostos sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF)
- 126. Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR)
- 127. Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação (ITCMD)
- 128. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)
- 129. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA)
- 130. Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU)
- 131. Imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis (ITBI)
- 132. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS)

#### **Capítulo XVI – Contribuições Instituídas**

- 133. Contribuições previdenciárias dos segurados do regime geral de previdência social
- 134. Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada
- 135. Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e COFINS)
- 136. Contribuição de seguridade social sobre o lucro (CSL)
- 137. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao INCRA
- 138. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao SEBRAE
- 139. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de combustíveis
- 140. Contribuição profissional (anuidade) aos Conselhos de Fiscalização Profissional
- 141. Contribuição profissional sindical
- 142. Contribuição de iluminação pública municipal (CIP)

#### **Capítulo XVII – Taxas Instituídas**

- 143. Taxa de coleta de lixo domiciliar
- 144. Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento

#### **Capítulo XVIII – Processo Administrativo Fiscal**

- 145. O Decreto 70.235/72
- 146. Ação fiscal e autuação
- 147. Notificações e intimações
- 148. Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos
- 149. Nulidades no processo administrativo-fiscal

#### **Capítulo XIX – Processo Judicial Tributário**

- 150. Ações do fisco e do contribuinte
- 151. Medida cautelar fiscal
- 152. Execução fiscal
- 153. Exceção de pré-executividade
- 154. Embargos à execução
- 155. Mandado de segurança
- 156. Ação declaratória

- 157. Ação anulatória
- 158. Ação cautelar de caução
- 159. Ação consignatória
- 160. Ação de repetição de indébito tributário e de compensação
- 161. Conexão entre ações tributárias

**Capítulo XX – Persecução penal tributária**

- 162. Criminalização de condutas ligadas à tributação
- 163. Representação fiscal para fins penais
- 164. Ação penal pública
- 165. Constituição definitiva do crédito tributário como elemento essencial dos crimes materiais contra a ordem tributária
- 166. Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária
- 167. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento e extinção da punibilidade pelo pagamento

**Capítulo XXI – Crimes Tributários**

- 168. Crimes tributários praticados por particulares
- 169. Descaminho
- 170. Apropriação indébita tributária
- 171. Sonegação de tributos
- 172. Falsificação de papéis públicos tributários
- 173. Crimes tributários praticados por funcionários públicos
- 174. Excesso de exação
- 175. Facilitação ao descaminho
- 176. Extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal
- 177. Corrupção passiva fiscal
- 178. Advocacia administrativa fiscal